



## **Quem merece possuir colónias, coleções e conhecimento ? História natural em negociação entre Lisboa, Londres e Paris no longo século XIX<sup>1</sup>**

Filipa Lowndes Vicente

Filipa Lowndes Vicente, investigadora, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, Avenida Professor Aníbal de Bettencourt, 9 1600-189 Lisboa.

[filipa.vicente@ics.ulisboa.pt](mailto:filipa.vicente@ics.ulisboa.pt)

### **Resumo**

Este texto explora o percurso, a apropriação, o conflito e a negociação sobre a posse de duas notáveis coleções de história natural reunidas pelos naturalistas Étienne Geoffroy Saint-Hilaire (1772-1844) e Friedrich Welwitsch (1806-72). Não existe uma relação direta entre ambos os casos. Os contextos históricos de ambas as coleções são muitos distintos quer nas geografias quer nas cronologias quer mesmo nos paradigmas de conhecimento e de colecionismo que as motivam. Interessa-me sobretudo explorar aquilo que eles têm em comum : em primeiro lugar, ambos os casos são protagonizados por coleções de « história natural » e permitem-nos demonstrar como as culturas de posse, estudo e exposição são indissociáveis das conjunturas políticas e do contexto geral de formação de identidades nacionais e coloniais, em transformação no espaço de tempo entre estas duas viagens. « Colónias », « coleções » e « conhecimento » foram assim no passado objeto de conflito e de negociação entre países no momento da sua formação. Mas no nosso presente continuamos a debatermo-nos com os legados desta herança : quem tem legitimidade para ter, investigar e mostrar cultura material proveniente de outros lugares e, em muitos casos, obtida em contextos de desigualdade, conflito armado e hierarquia ?

---

<sup>1</sup> Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projecto UIDP/50013/2020.

## Palavras-chave

Coleções, história natural, Saint-Hilaire, Welwitsch, apropriação, reparação

## Sumário

Geoffroy Saint-Hilaire no Portugal invadido por Napoleão : o saque das coleções de história natural brasileiras

« O seu a seu dono? » : reparações, restituições, devoluções

Os itinerários de um botânico austríaco : Friedrich Welwitsch em Coimbra, Lisboa, Angola e Londres

Conflito jurídico pelas coleções angolanas : coroa portuguesa versus museu britânico

Quem faz os objectos viajarem ? Quem merece possuir ?

Viagens que transformam espécimes em coleções

Geografias, identidades, negociações

Histórias naturais, histórias nacionais, histórias coloniais

Coleções e colonialismo : reparações do passado, identidades do presente

## Texto integral

Este texto explora o percurso, a apropriação, o conflito e a negociação sobre a posse de duas notáveis colecções de história natural reunidas pelos naturalistas Étienne Geoffroy Saint-Hilaire (1772-1844) e Friedrich Welwitsch (1806-72)<sup>2</sup>. Não existe uma relação direta entre ambos os casos. Os contextos históricos de ambas as coleções são muito distintos quer nas geografias quer nas cronologias quer mesmo nos paradigmas de conhecimento e de colecionismo que as motivam. A primeira coleção foi formada em finais do século XVIII (1783-1792), no Brasil, por Alexandre Rodrigues Ferreira, no âmbito de uma « viagem filosófica » apoiada por Portugal, ainda nação dominadora do vasto território da América do sul. Viaja para Lisboa para integrar um museu Real de

---

<sup>2</sup> Este texto é uma versão reescrita, revista e acrescentada de um artigo que publiquei, em inglês, em 2003. « Travelling Objects : the story of two natural history collections in the 19th century », Portuguese Studies, vol. 19, 2003, p. 19-37. O artigo foi o resultado da apresentação que fiz na conferência que organizei no Institute of Romance Studies, University of London, a 9 de Março de 2001 : « Viajantes e Exposições. Representações, narrativas e práticas nos séculos XIX e XX ». Agradeço ao Vasco Rosa a tradução deste artigo de inglês para português.

História natural e é lá que, mais tarde, já no contexto das invasões napoleónicas, é apropriada ilicitamente pelo naturalista francês Geoffroy Saint-Hilaire, sendo levada para o Museu de História natural parisiense. Brasil, Lisboa, Paris entre finais do século XVIII e a segunda metade do século XIX, quando Portugal faz várias tentativas diplomáticas e institucionais de reaver parte das coleções, são os tempos e os espaços do meu primeiro estudo de caso.

O segundo caso tem lugar várias décadas depois, quando o botânico Friedrich Welwitsch, já a viver e trabalhar em Portugal, é incumbido em 1853 pela coroa portuguesa de empreender uma viagem em Angola com o objectivo de recolher e estudar os recursos naturais da região onde Portugal tinha agora cada vez mais ambições imperiais. Depois de muitos anos em África, o austríaco regressa em 1861 à capital do país patrocinador da sua missão, mas logo considera que Lisboa não é o centro de conhecimento adequado para o estudo dos espécimes angolanos. Parte então com todo o material para Londres, cidade onde já existiam instituições consolidadas como Kew gardens que, segundo ele, contribuiriam para a feitura do relatório final tão aguardado pela coroa portuguesa. Mas os anos passam, Welwitsch não conclui o seu trabalho e as relações com Portugal deterioram-se. Quando Welwitsch morre em Londres, é lá que ficam as caixas e caixas de um conhecimento sobre uma Angola que Portugal queria sua. Portugal pretende que elas regressem a Lisboa. Segue-se um conflito jurídico pela posse das coleções entre a coroa portuguesa e os naturalistas de Kew Gardens, já na altura um dos grandes centros mundiais para o estudo da botânica.

Através da análise destes dois casos, tentarei demonstrar como, no século XIX, espécimes de história natural estiveram associados a modos específicos de colecionar, de exhibir e de produzir conhecimento. Irá interessar-me sobretudo aquilo que eles têm em comum : em primeiro lugar, ambos os casos são protagonizados por coleções de « história natural », uma área do conhecimento que conhece um enorme desenvolvimento em finais do século XVIII , na sequência do Iluminismo, materializando-se ao longo do XIX em missões-viagem, na produção de conhecimento escrito e na criação de museus. Como veremos, estes dois casos afastados, algumas décadas no tempo, também nos permitem verificar as transformações nos espaços de exposição em que estes materiais eram colocados. Se na segunda metade do século XVIII prevaleciam as coleções privadas, universitárias, aristocráticas ou reais, ou seja, fechadas em lugares acessíveis apenas a uma elite minoritária e associadas ao saber e ao prestígio de alguns, na segunda metade

do século XIX, existe uma clara abertura dos espaços de exposição. Estes transformam-se agora em museus nacionais, abertos, e muitas vezes gratuitos, a públicos que se querem cidadãos participantes e observadores dos progressos científicos ou das riquezas artísticas da « nação » à qual pertencem. Reconstituindo e analisando os itinerários de viagem que não constam das fichas museográficas desses objetos, tentarei demonstrar por um lado, como a cultura de posse, estudo e exposição é indissociável das transformações políticas e do contexto geral de formação de identidades nacionais e coloniais; mas por outro, como também o é do conflito entre uma comunidade científica cosmopolita e o crescente número de projetos nacionalistas que tentavam explorar esse conhecimento para os seus próprios fins.

Dos dois casos aqui discutidos, o primeiro ocorre no contexto das invasões napoleónicas, um acontecimento cujo impacto disruptivo não abalou apenas a Europa e os seus habitantes, mas traçou também o destino de muitos objetos e coleções que foram apropriados no contexto do conflito e sujeitos a « viagens » inesperadas. Aos movimentos das tropas napoleónicas, irradiando-se pela Europa (e por outras regiões sob o domínio europeu, como a Índia), partindo de Paris, seguiam-se os movimentos de retorno dessa Europa para o centro parisiense. E era nesses movimentos de retorno que seguiam também os quadros, as estátuas, pinturas e esculturas, os obeliscos, ou os animais embalsamados e as plantas brasileiras. Assim, o famoso naturalista francês Geoffroy Saint-Hilaire chega a Portugal em 1808, quando o país está sob domínio napoleónico, encarregado de escolher das coleções portuguesas de história natural os objetos de maior interesse científico a serem levados para Paris. Aí se onde juntariam a muitos outros, usurpados em diferentes lugares da Europa e do Norte de África pelos exércitos napoleónicos e membros ilustres da comunidade científica francesa. As novas casas dessas coleções eram os museus que deveriam consagrar o poder imperialista francês. No entanto, após a queda de Napoleão alguns dos países que haviam sido pilhados dos seus « tesouros » exigiram o seu retorno. Portugal não foi exceção. Mas, como veremos, o processo de restituição esteve longe de ser simples ou linear. Pelo contrário, foi longo, inconsistente e fragmentado, pontuado por interesses políticos, científicos e diplomáticos, nem sempre em sintonia.

Apesar do contexto muito distinto do segundo caso a ser discutido, interessa-me explorar o que tem em comum com o primeiro. Ocorrendo entre as décadas de 1850 e

1870, o seu principal protagonista foi o naturalista austríaco Friedrich Welwitsch, e as principais cidades envolvidas não foram já Lisboa e Paris, mas Lisboa e Londres.

Depois de uma longa temporada em Portugal (1839-53), onde, entre muitas outras atividades, trabalhou no Real Jardim Botânico da Ajuda – centro da espoliação napoleónica -, em 1853 Welwitsch vai ser incumbido pela Rainha D. Maria II de Portugal de realizar uma missão em Angola. O objetivo oficial era o estudo exaustivo dos seus recursos naturais com o propósito de estimular a economia e a exploração comercial daquele território pertencente a Portugal mais no mapa, no papel e em esboço, do que numa efetiva ocupação política e controle militar. Após o seu regresso, oito anos depois, e com todas as coleções ainda em caixotes, Welwitsch não vai ficar em Lisboa por muito tempo. Em seu entender, só Londres possuía os museus, os cientistas e as coleções necessárias ao estudo adequado das suas descobertas africanas. O «museu» em potência só seria desempacotado em Londres e nunca regressaria por inteiro para Portugal. O que sucedeu a seguir foi um caso jurídico, que opôs Portugal, representado pelo seu rei D. Luís, ao British Museum, onde o conhecimento da colónia portuguesa, tão cobiçada pela Inglaterra, ficou guardado em segurança. Foi a partir deste caso jurídico, que encontrei enquanto fazia investigação no Arquivo do Museu de História Natural de Londres para a minha tese de doutoramento sobre D. Pedro V, que surgiu a ideia deste texto.

## **Geoffroy Saint-Hilaire no Portugal invadido por Napoleão : o saque das coleções de história natural brasileiras**

Em 1808, às ordens de Napoleão, o general Junot dirige as forças francesas de invasão de Portugal. Com ele vinha Étienne Geoffroy Saint-Hilaire, o famoso zoólogo e director do Musée d'Histoire Naturelle de Paris<sup>3</sup>. O motivo da presença de Saint-Hilaire

---

<sup>3</sup> Daget, Jacques e Saldanha, Luiz, *Histoires Naturelles Franco-Portugaises du XIXe Siècle*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação das Pescas, 1989; *Revue d'Histoire des Sciences et de leurs Applications*, 25, 1972, volume dedicado a Étienne Geoffroy Saint-Hilaire; Carvalho, José da Silva, «A Vinda de Geoffroy Saint-Hilaire a Lisboa», *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*, Nova Série, 2, 1930, p. 900-03; Ferreira, Júlio Guilherme Bethencourt, «A Missão de Geoffroy Saint-Hilaire em Espanha e Portugal, durante a Invasão Francesa, em 1808», *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa*, 17, 1923, p.208-27; Ferreira, Júlio Guilherme Bethencourt, «Subsídios para a história das ciencias naturaes em Portugal. O Museu da Ajuda e a invasão Francesa», 5, 1911, p.376-80; Azevedo, Pedro de, 'Geoffroy Saint Hilaire em Lisboa. Estudos, documentos e notícias', 24, 1919-20, p.93-121; Hamy, E. T., «La mission de Geoffroy Saint-Hilaire en Espagne et en Portugal , 1808, Histoire et Documents», *Nouvelles Archives du Musée d'Histoire Naturelle*, 4.<sup>a</sup> série, 10, 1908, p.1-66;

em Lisboa não foi disfarçado. Estava em missão científica oficial, semelhante da que o havia levado ao Egipto em 1798. Tinha vindo para conhecer as coleções da cidade e levar para Paris os espécimes de história natural que lhe despertassem maior interesse e que pudessem suprir lacunas nas coleções do principal museu de história natural francês. Não foi por acaso que a larga maioria dos objetos levados dos armários do Real Gabinete da Ajuda foram espécimes originalmente trazidos dos territórios dominados por Portugal fora da Europa<sup>4</sup>: o melhor representado era o Brasil, principalmente devido à viagem científica de Alexandre Rodrigues Ferreira, realizada de 1783 a 1792, e ao acesso privilegiado que Portugal tinha à sua principal colónia. O Brasil também constituía uma das maiores lacunas da coleção do museu de Paris. O Museu da Ajuda era, na altura, dirigido pelo italiano Domenico Vandelli, que tinha vindo para Portugal com o incentivo de Marquês de Pombal<sup>5</sup>.

Antes da invasão francesa, o eminente naturalista e zoologista francês, Georges Cuvier (1769-1832), em nome dos naturalistas do museu parisiense, havia já escrito ao ministro francês do interior propondo a contratação do seu amigo e colega Geoffroy Saint-Hilaire para « colectar os objectos e a informação útil à ciência e às nossas instituições » a partir das coleções portuguesas. Ele estava consciente do que ali poderiam encontrar:

Nous pensons que cette mesure serait aussi utile au Portugal qu'à nous. En faisant un choix de ce qui nous intéresse, le commissaire assurera pour le pays la conservation du reste et l'expérience a prouvé que, faute de semblables précautions, des collections précieuses ont été absolument perdues pour tout le monde. Il n'est pas douteux que notre établissement ne puisse beaucoup profiter de ce voyage. Nous savons qu'il y a en Portugal plusieurs cabinets publics, riches en productions des trois règnes de la nature, de l'Inde et du Brésil, dont nous sommes privés, faute de relations avec ces contrées éloignées. Le Portugal lui-même produit plusieurs objets qu'il sera intéressant de procurer à la France,

---

<sup>4</sup> Balbi, Adrien, *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve, comparé aux autres états de l'Europe, et suivi d'un coup d'œil sur l'état actuel des sciences, des lettres et des beaux arts parmi les portugais des deux bémispheres dédié a sa majesté très-fidèle*, 2 vols, Paris, Chez Rey et Gravier, 1822, II, p.93; Ribeiro, José Silvestre, *História dos estabelecimentos científicos litterarios e artisticos de Portugal nos sucessivos reinados da monarquia*, 19 vols., Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1873, III, p.353-55.

<sup>5</sup> Sobre Domenico Vandelli e a história da história natural no século XVIII em Portugal, a bibliografia é vasta e rica, quer no Brasil quer em Portugal. Não sendo este o foco do meu texto deixo aqui apenas umas propostas de leitura: Ceríaco, Luis Miguel Pires, Brigola, João Carlos Pires, Oliveira, Paulo de, “Os monstros de Vandelli e o percurso das coleções de História Natural do século XVIII”, in *História da ciência luso-brasileira: Coimbra entre Portugal e o Brasil*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013; Brigola, João Carlos Pires, *Coleções, Gabinetes e Museus em Portugal no século XVIII*, Lisboa, FCG, 2003; Brigola, João, “Domingos Vandelli e a circulação de conhecimentos na rede de naturalistas europeus”, in *Museus, Património e Ciência. Ensaio de história da cultura*, Évora, Cidehus, 2016, p. 162-170.

et, comme tout cela doit s'y trouver en grand nombre, on peut, avec de la modération, nous enrichir beaucoup sans appauvrir sensiblement le pays<sup>6</sup>.

O objetivo da missão foi alcançado. Alguns anos mais tarde, numa edição do Museu de História Natural de Paris, o filho de Étienne Geoffroy Saint-Hilaire, o também zoólogo e ornitólogo Isidore Geoffroy Saint-Hilaire, escreveu que na coleção que o pai obtivera em Portugal constava um grande número de belos espécimes da fauna do Brasil, Índia, Guiné e outras colónias portuguesas<sup>7</sup>. Ou seja, além do Brasil, o naturalista francês tivera na Ajuda acesso à cultura natural das geografias do império português, de África à Índia, trazidas no âmbito das outras « viagens filosóficas » contemporâneas à de Alexandre Rodrigues Ferreira.<sup>8</sup> A missão não fora um ato isolado mas parte de um projeto mais alargado liderado pela Academia das Ciências de Lisboa, a mais prestigiada instituição de saber da metrópole imperial. Interessava não só produzir mais conhecimento sobre os espécimes animais, minerais e vegetais, (assim como os objetos feitos pela mão humana), dos territórios longínquos dominados por Portugal, mas também transformar essas coleções num contributo a favor do bem e da utilidade pública. Eram estes os novos conceitos que justificavam um acumular de materiais e saberes em favor da nação – consubstanciados na ideia de um « Museu Nacional ». Havia dois modos principais de empreender este objetivo : envolver os muitos correspondentes espalhados por vários lugares do mundo, tornando-os agentes participantes de um projeto comum; e através de missões-viagens específicas, levadas a cabo por especialistas. Em 1781, a Academia publica, em 45 páginas, as *Breves Instruções aos correspondentes da Academia das Ciências de Lisboa sobre as remessas dos produtos, e notícias pertencentes à História da natureza, para formar um Museu Nacional*<sup>9</sup>. Aos

---

<sup>6</sup> Hamy, E.T., « La mission de Geoffroy Saint-Hilaire... », *op.cit.*, p. 4-5.

<sup>7</sup> Ribeiro, Victor, *Maravilhas da Natureza (O Homem e os Animais). Descrição popular das raças humanas e do reino animal segundo o plano de A. E. Brehm*, edição coordenada, revista e ampliada com relação à fauna portuguesa, Lisboa, Empresa da História de Portugal, 1904, p. 18.

<sup>8</sup> A bibliografia sobre este modelo de viagens é extensa, mas para um texto recente e geral ver: Domingues, Ângela, « Museus, colecionismo e viagens científicas em Portugal de finais de Setecentos », *Asclepio*, 71(2), p. 1-19.

<sup>9</sup> Academia das Ciências de Lisboa, *Breves Instruções aos correspondentes da Academia das Ciências de Lisboa sobre as remessas dos produtos, e notícias pertencentes à História da natureza, para formar um Museu Nacional*, Lisboa, Régia Oficina Tipográfica, 1781. Exemplos de outras instruções contemporâneas são : Vandelli, Domingos, *Viagens Filosóficas ou dissertação sobre as importantes regras que o filósofo naturalista, nas suas peregrinações deve principalmente observar*, 1779 ; Sá, José António de, *Compêndio de observações, que formam o plano da viagem política, e filosófica, que se deve fazer dentro da pátria*, Lisboa, Na oficina de Francisco Borges de Sousa, 1783.

correspondentes era ainda pedido que fizessem uma descrição geográfica dos lugares onde recolhiam os espécimes. O fim último estava claramente enunciado: o de criar um Museu Nacional com produtos do Reino e das suas colónias de forma a melhorar as artes, o comércio, as manufaturas e todos os outros ramos da economia.

Com a pilhagem das coleções em Lisboa, a França conseguia assim alcançar áreas geográficas às quais não tinha acesso direto. Portugal, pelo seu lado, via-se usurpado de alguns dos espécimes que simbolizavam a sua identidade imperial – no caso da Índia e sobretudo do Brasil, cada vez mais situada no passado e num declínio evidente –, enquanto países como França e Inglaterra investiam no seu estatuto de potências coloniais do século XIX. Mas a pilhagem portuguesa de Geoffroy Saint-Hilaire não pode ser comparada às de Itália ou do Egipto, berços de poderosas civilizações antigas valorizadas por uma cultura histórica e antiquária desenvolvida no século XVIII e, como tal, ainda mais desejáveis enquanto símbolos das narrativas imperiais francesas capazes de subjugar lugares que tinham sido eles próprios « impérios ». O amplamente citado desfile pelas ruas de Paris dos tesouros saqueados por Napoleão durante as suas invasões não deixa dúvida quanto ao seu significado. Nada havia a esconder. Pelo contrário, havia muito para ser exibido. A chegada aos museus de Paris da cultura material e natural oriunda de outros territórios espelhava as ambições imperiais napoleónicas, forçando, com a cumplicidade das armas, uma equivalência entre poder político e militar. Espelhava também o poder do conhecimento em todas as áreas do saber, mas sobretudo naquelas que possuir e exhibir se tornam sinónimos, aquelas que implicavam obeliscos, esculturas, pinturas, mas também pássaros, plantas, minerais, já sem vida, retirados da natureza e transformados em artefactos e espécimes de museu, de laboratório ou mesmo do espaço urbano.

Nas várias versões francesas dos acontecimentos de 1808, e até mesmo em algumas portuguesas, o que está sempre em jogo é a legitimação do ocorrido<sup>10</sup>. Antes do mais, a ideia muito repetida de que o progresso da ciência se sobrepunha às contingências dos domínios geográficos, e que os produtos e espécimes trazidos mereciam uma proteção, estudo e exibição apropriadas. Algo que não acontecia no Museu da Ajuda. Também foram invocados outros argumentos : que Saint-Hilaire veio a Portugal para ajudar na organização da educação pública ; que longe dum saque se tratou, de facto, de uma troca, pois os académicos franceses trouxeram minerais que faltavam a Portugal ; e

---

<sup>10</sup> Ferreira, Júlio G.B., « A Missão de Geoffroy Saint-Hilaire... », *op.cit.*, p. 208-27.

que a missão havia sido tão útil a Portugal como a França, pois Saint-Hilaire preparou um catálogo das coleções, algo que nunca antes fora feito<sup>11</sup>. Deste modo, ao ter levado para o centro da « civilização » as coleções e conhecimento que permaneciam ocultos numa coleção real de um país periférico e, no contexto de 1808-1810, subjogado pelo conflito armado às ambições europeias de Napoleão, Geoffroy Saint-Hilaire pôde ser retratado como um agente de civilização, ao transformar objetos de curiosidade em espécimes científicos.

Quando Saint-Hilaire se preparava para regressar a França com os caixotes de espécimes, o exército britânico que ajudava Portugal tentou impedi-lo. No Egipto, os Ingleses conseguiram resgatar alguns dos objetos que os Franceses haviam embarcado, encaminhando-os para Londres. Mas em Lisboa tais esforços não foram bem-sucedidos, e depois de alguns reveses o naturalista francês conseguiu sair de Portugal com quase tudo o que havia encaixotado<sup>12</sup>.

### **« O seu a seu dono ? » : reparações, restituições, devoluções**

Após a Paz de Paris, em 1815, os saques feitos durante as invasões francesas tornaram-se um dos principais assuntos a resolver. Uma circular assinada pelo Duc de Richelieu convidou cada país invadido a apresentar as suas listas de objetos a serem devolvidos, mas o processo de restituição estava longe de ser simples. A declaração oficial portuguesa alegara que apenas cópias haviam sido levadas do Real Museu e Jardim Botânico da Ajuda (1763-1837), e que o catálogo produzido por Geoffroy Saint-Hilaire era uma compensação suficiente. O facto de Portugal não ter sido incluído nos processos de restituição foi mais tarde considerado, pelo diretor do Museu de História Natural de Lisboa, como um erro do próprio país. Essa omissão, escreveu ele, ficou a dever-se ao

---

<sup>11</sup> « Geoffroy Saint-Hilaire », *Magasin Pittoresque*, 19, 1845, p.146-49.

<sup>12</sup> Arquivo do Museu Bocage-Faculdade de Ciências de Lisboa: « Note des collections d'histoire naturelle qui ont été apportées du Muséum de Lisbonne pour le jardin des plantes de Paris » (Ms. 1); « Relação dos productos naturaes que por ordem do General Junot levou deste Real Museu Mr. Geoffroy de Sainte-Hilaire em Junho e Agosto de 1808 » (Ms. 16); Maria Estela Guedes considera que este « episódio da história da ciência está mais mitificado do que esclarecido », e refere um dos objetos que Vandelli conseguiu que não fosse levado para Paris: « A pedra de cobre não saiu de Portugal porque Vandelli convenceu Saint-Hilaire de que era uma pena desaparecer do Gabinete da Ajuda o seu principal ornato; a tartaruga-lira, que deve ser uma que deu à costa em Peniche também no tempo de Vandelli, ficou porque os ingleses entraram em Lisboa mesmo na altura em que ia ser encaixotada »; Guedes, Maria Estela, « Museu Bocage. Um Museu Colonial », Com fotografias de Francisco Reiner, 26-11-2004, [www.triplov.org](http://www.triplov.org) (última consulta, 03 junho 2020).

« desmazelo » que de ordinário e de há muito caracteriza os indivíduos a quem incumbe de qualquer forma promover interesses do nosso país. Devemos, contudo, confessar, exige a verdade, que no Museu de Paris para onde foram os exemplares do nosso Museu, eles têm sem dúvida alguma prestado à ciência serviços incomparavelmente maiores do que se cá tivessem ficado<sup>13</sup>.

A partir daí, o caso português tornou-se especialmente intrincado, envolvendo múltiplas e ambíguas posições, conflitos diplomáticos e negociações contraditórias. Ao longo dos anos algumas tentativas foram feitas para conseguir trazer as coleções de volta, mas sem grande sucesso. Em 1819, deu-se a primeira tentativa, falhada, como o reconheceu numa carta de 1855, o diplomata francês em Portugal, Fontanier. Graças à resistência do diretor do museu de Paris, escreveu, os enviados portugueses ficaram satisfeitos com a entrega de alguns espécimes de menor valor<sup>14</sup>. Outro episódio do processo ocorreu na década de 1840, liderado pelo Visconde de Sá da Bandeira, ministro dos negócios estrangeiros e antigo estudante em Paris. Ciente de quais eram as coleções do museu de Paris que tinham sido levadas de Portugal, o Visconde apresentou um pedido de restituição, mas este foi sendo adiado até ao fim do seu mandato. Para o diplomata francês, isso evitou ao público português e aos intelectuais eventuais queixas motivadas por um orgulho nacional acerca de uma espoliação que ele considerava imaginária<sup>15</sup>. E também mencionou o facto de o Regente D. Fernando ter concordado que o tom do pedido de restituição fora excessivo, acrescentando contudo que mesmo que fosse aceite, e conhecendo ele os « professores do museu », a restituição teria sido « ilusória<sup>16</sup> ».

Finalmente, a visita de D. Pedro V a Paris, em 1855, poucos meses antes de se tornar Rei de Portugal (1855-1861), foi vista por Fontanier como o momento perfeito para resolver o assunto, sob o conveniente disfarce dum gesto amigável. O príncipe português era um reconhecido colecionador de história natural, com um interesse especial por ornitologia, e a oportunidade foi de imediato capitalizada pelos franceses que assim

---

<sup>13</sup> Arquivo do Museu Bocage, Ms. 2.

<sup>14</sup> Archive of the Ministère des Affaires Étrangères-Paris-Consulat de France à Lisbonne. Fontanier (Lisboa, 27 de Junho de 1855), p. 30, 7.

<sup>15</sup> Arquivo do Ministère des Affaires Étrangères-Paris-Direction des Consulats et des Affaires Étrangères, V. Fontanier (Paris, 8 de janeiro de 1856), p. 464. A partir daqui : AMAE-P-DCAE.

<sup>16</sup> AMAE-P-CFL, p. 307.

puderam desempenhar o papel de anfitriões generosos<sup>17</sup>. Fontanier reconheceu que « le goût pour l'étude de l'histoire naturelle » de D. Pedro V « était assez connu », e que o Imperador, para ser agradável ao seu convidado, quis transformar, para satisfação de todos, em gesto espontâneo e gracioso uma intolerável restituição<sup>18</sup> ». O museu, escreveu ele, era « assez riche et beaucoup trop généreux pour ne pas seconder avec magnificence les intentions hospitalières du Souverain<sup>19</sup> ». Para coroar o acordo, Fontanier reconheceu que D. Pedro tinha sido « très sensible à l'accueil que lui firent les Professeurs-Administrateurs du Muséum », e que « de nombreuses décorations qu'il distribuait témoignèrent de sa satisfaction »<sup>20</sup>.

A descrição de D. Pedro V deste acontecimento, no seu diário de viagem, mantém alguma ambiguidade em relação à natureza da oferta que lhe fora feita :

Empregámos a manhã em escolher no Museu de História Natural as aves que o Imperador ordenou me fossem dadas. É um ato de delicadeza da parte d'Ele esta espécie de restituição feita pela França dos objetos de que o Museu de Lisboa foi despojado por Geoffroy Saint-Hilaire, e o que mais prova que essa foi a intenção com que o oferecimento me foi feito, foi o ter sido encarregado dele Mr. Geoffroy de Saint-Hilaire, filho daquele que privou o Museu de Lisboa dos seus melhores ornamentos. Verdade é que os tesouros da natureza melhor estão onde se lhes dá apreço e se estudam do que onde se deixam apodrecer prosaicamente colocadas na fileira dos despojos de uma natureza que foi viva. E efetivamente despojar da vida a natureza para reunir esses despojos nas catacumbas dos museus e não os estudar é um pecado. Por consequência perdoar de muito bom grado a Geoffroy Saint-Hilaire, que além disso era autorizado pelo Rei, fazer a sua inteligente escolha. Neste ponto julgo que o amor-próprio nacional pode ceder diante do interesse das ciências<sup>21</sup>.

De acordo com as observações do Príncipe, esta dádiva não era uma recompensa declarada e assumida pela pilhagem de 1808. Afinal, a oferta foi realizada ao futuro rei de Portugal, para a sua coleção pessoal e correspondendo ao seu gosto e interesses, em vez de à própria nação. D. Pedro faz a conexão entre os dois acontecimentos (tal como o

---

<sup>17</sup> Em criança e tal como os seus sucessores, D. Pedro, foi instruído na atividade de coletar espécimes de história natural, classificando-os e mostrando-os num pequeno museu no interior do palácio real. Na adolescência interessou-se especialmente por pássaros. Ver Guedes, Carmina Correia, *A Educação dos Príncipes no Paço da Ajuda* (1863-1884), Lisboa, Ministério da Cultura/IPPA/Palácio Nacional da Ajuda, 2004.

<sup>18</sup> AMAE-P-CFL, p. 307.

<sup>19</sup> AMAE-P-CFL, p. 307.

<sup>20</sup> AMAE-P-CFL, p. 464.

<sup>21</sup> D. Pedro V, Leitão, Ruben A., *Diário da Viagem a França del-Rei Dom Pedro V (1855)*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian. Centro Cultural Português, 1970, p. 216.

diplomata francês em Lisboa), mas conclui com uma legitimação daquilo que tivera lugar em 1808. Por um lado, distingue os espécimes no seu *habitat* « natural », vivos, daqueles que se tornam mortos ao serem coletados (quando se tornam « história » natural); mas por outro lado, estabelece uma distinção entre os diferentes usos que se fazem dos objetos colecionados. Se torná-los uma « linha de despojos » é questionável, estudá-los em benefício do conhecimento é uma atividade útil e meritória. Portugal não era capaz de assegurar as condições idóneas para remover espécimes vivos do seu ambiente natural – classificando-os, estudando-os e exibindo-os. Por isso não os merecia. No « interesse da ciência », esses objetos devem ficar num lugar que lhes garanta tais condições, como o era o Muséum d’Histoire Naturelle em Paris.

Pouco tempo depois, quando tudo aparentava estar resolvido e todos pareciam satisfeitos com o acordo, outro intercâmbio entre coleções foi proposto pelo Museu Nacional de História Natural (1858-2011), recentemente aberto em Lisboa. Fontanier argumentou que a proposta era prática comum entre instituições científicas, mas não podia servir de pretexto para reintroduzir o pedido de restituição que, anos antes, havia sido feito pelo Visconde de Sá da Bandeira. Transmitiu a proposta portuguesa ao filho de Geoffroy Saint-Hilaire, que pediu que um agente especial fosse enviado a Portugal. O diplomata francês foi cauteloso ao recomendar ao Ministre d’Instruction Publique, a quem dirigiu a carta, que garantisse que a missão « ne puisse rien perdre de son caractère amical »<sup>22</sup>. As suas palavras também provam que a dádiva feita pouco antes ao jovem príncipe D. Pedro não constituía a total ou, sequer, a parcial devolução dos objetos de história natural tomados em 1808. Quase cinco décadas depois do acontecimento, outro francês partia para Lisboa com uma missão que poderia ser um mero intercâmbio entre duas comunidades científicas, não fosse um evento passado ainda por resolver.

Foi o episódio iniciado pelo diretor do Museu de História Natural de Lisboa, José Vicente Barbosa du Bocage (Funchal 1823-Lisboa 1907) que praticamente encerrou esta história complicada<sup>23</sup>, e que culminou numa viagem de espécimes de história natural, entre França e Portugal, mas não os mesmos que haviam deixado Portugal cinquenta anos antes. Parte da documentação manuscrita sobre este evento foi publicada e trabalhada por Jacques Daget e Luiz Saldanha no seu interessante livro de 1989, *Histoires Naturelles*

---

<sup>22</sup> AMAE-P-DCAE, p. 464.

<sup>23</sup> Arquivo do Museu Bocage, Div. 2-4; 6-16; 57, 58.

*Franco-Portugaises du XIX<sup>e</sup> Siècle*<sup>24</sup>. O distinto naturalista português fez uma viagem científica ao estrangeiro em 1858 e de novo em 1859, pouco depois da abertura do seu museu<sup>25</sup>. Em Paris, tentou obter do Jardin des Plantes « não a restituição dos exemplares que daqui recebera em 1808, mas o donativo de algumas das coleções que este magnífico estabelecimento possui em duplicado nos seus vastos armazéns, como justa compensação do que devia ao nosso hoje tão acanhado museu<sup>26</sup> ». Assim aconteceria de facto. Bocage foi autorizado a escolher, sob algumas condições, da enorme coleção de pássaros e mamíferos nos armazéns do museu, e que não se destinavam às galerias de acesso público<sup>27</sup>. Claramente, esta foi a única restituição que a França iria conceder a Portugal. Finalmente os exemplares de história natural iriam fazer a sua viagem de Paris para Lisboa. No entanto, um último e inesperado problema teria ainda de ser enfrentado. Barbosa du Bocage aproveitou o estar em Paris para comprar alguns recipientes de vidro indisponíveis em Portugal, nos quais planeava manter cada espécime após a chegada<sup>28</sup>. Mas a lei portuguesa exigia substanciais direitos aduaneiros para importação do que foi classificado como produto de luxo. Só quando foi provado que eles iriam servir o Museu de História Natural, é que puderam enfim chegar ao seu destino.

Como D. Pedro V já fizera, Barbosa du Bocage colocou os valores científicos acima dos nacionais. Uma das razões que invocou para não ter pedido uma restituição total foi que «o bom uso legitimara assim a posse<sup>29</sup> ». Bocage criticou fortemente as ações de Saint-Hilaire, mas também reconheceu como as suas qualidades profissionais atenuavam o seu gesto ilícito. Segundo ele, o naturalista francês catalogara os exemplares que encontrara ignorados e esquecidos nos armários do Museu da Ajuda e, ao fazê-lo, usara

---

<sup>24</sup> Daget, Jacques, Saldanha, Luiz, « Fondation du Musée d'Histoire Naturelle de Lisbonne (1858) et voyage scientifique de Barbosa du Bocage »/« Collections données par le Muséum de Paris au Portugal », *Histoires naturelles Franco-Portugaises...*, *op.cit.*, p. 177-235.

<sup>25</sup> Bocage, J.V. Barbosa du, « Relatório apresentado ao conselho da Escola Politécnica pelo lente da 8<sup>a</sup> cadeira, acerca das coleções científicas recentemente adquiridas para o Gabinete zoológico e Museu de Lisboa e de alguns outros resultados da sua viagem científica ao estrangeiro », in *Diário do Governo*, 2 de Janeiro 1860.

<sup>26</sup> Bocage, J. V. Barbosa du, *Instruções praticas sobre o modo de colligir, preparar e remetter productos zoologicos para o Museu de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1862, p. 68. Na sua visita científica a Paris Bocage também teve a oportunidade de adquirir espécimes de história natural numa loja especializada daquela cidade (Arquivo do Museu Bocage : Ms. 73-79).

<sup>27</sup> « O Jardim das Plantas de Paris conveio afinal em nos indemnizar da espoliação que o Junot fez no nosso Museu : já estou de posse dos exemplares que nos mandaram ; veio muita coisa boa » : Carta de Barbosa du Bocage para José Maria d'Abreu, director geral de instrução pública, in Arquivo do Museu Bocage, Ms. 11.

<sup>28</sup> Arquivo do Museu Bocage, Ms. 12.

<sup>29</sup> Bocage, *Instruções praticas...*, *op.cit.*, p. 68.

a coleção para benefício da ciência. Caso tivessem permanecido ali, talvez já tivessem desaparecido, vítimas das traças, como muitos outros antes deles<sup>30</sup>.

## **Os itinerários de um botânico austríaco : Friedrich Welwitsch em Coimbra, Lisboa, Angola e Londres**

Depois de expor, sumariamente, o caso de Geoffroy Saint-Hilaire em 1808, irei agora avançar no século XIX e centrar-me nas viagens de Friedrich Welwitsch (Maria Saal, Caríntia, 1806 – Londres, 1872)<sup>31</sup>. Nascido na Áustria, Welwitsch acabou por ficar em Portugal por mero acaso. Começou por viajar como tutor de um nobre, doutorou-se em medicina em 1836, e em 1839 uma comissão levou-o ao estrangeiro para nunca mais voltar ao seu país. Tinha sido contratado por uma sociedade de história natural alemã, a *Unio Itineraria*, para coletar plantas nas ilhas portuguesas dos Açores e de Cabo Verde. Porém, uma estadia temporária em Lisboa, forçada pelo mau tempo, acabou por ser tornar permanente. O rápido domínio da língua portuguesa por Welwitsch e a sua convivência com a família real portuguesa – onde existia uma tradição de interesse e colecionismo de história natural – e com as comunidades científicas nacionais colocaram-no no centro do mundo português da história natural. Entre os jardins botânicos portugueses para os quais trabalhou, estão o jardim de Coimbra, associado à Universidade e, em Lisboa, o jardim privado do Duque de Palmela no Lumiar e o Jardim Botânico da Ajuda, que pertencia à família real<sup>32</sup>. Além destas atividades, viajou pelo país, coletando amostras da vegetação para um herbário da flora da Lusitânia. Tornou-se assim um reconhecido naturalista « português ».

Foi nessa qualidade que a Rainha D. Maria II, autorizada pelo governo, o encarregou de uma importante missão sob sua supervisão. Welwitsch teria a seu cargo a

---

<sup>30</sup> Bocage, *Instruções praticas...*, *op.cit.*, p. 4.

<sup>31</sup> Dolezal, Helmut, *Friedrich Welwitsch. Vida e Obra*, ed. e trad. de A. Exell & E. J. Mendes, Lisboa, Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1974; Swinscow, T. D. V., « Friedrich Welwitsch, 1806-72. A centennial memoir », *Biological Journal of the Linnean Society*, 4, 1972, p.269-89 ; Almeida, José de, « O Dr. Frederico Welwitsch e a sua obra em Angola. Estudo crítico-biográfico, compilação e anotações », *Boletim da Agência Geral da Colónias*, 13, 1926; 28, 1927 ; 32, 1928. Para um guia de fontes sobre Welwitsch ver Edwards, Phyllis I., « Friedrich Welwitsch, 1806-72. His manuscripts and correspondence in the departments of botany and zoology, British Museum (Natural History), the Linnean Society of London, and the Royal Botanical Gardens, Kew », *Biological Journal of the Linnean Society*, 4, 1972, p.291-303.

<sup>32</sup> Castel-Branco, Cristina (ed.), *Botanic Gardens of Ajuda*, Lisboa, Jardim Botânico da Ajuda, 1999.

coleta e estudo da vegetação de Angola<sup>33</sup>. Para que pudessem ser obtidas maiores vantagens dos ricos recursos do vasto território africano, era necessário obter um completo e sistemático conhecimento sobre eles. A missão era de história natural, mas os seus objetivos eram claramente económicos, comerciais e políticos — intenções comuns a viagens desde tipo. Na verdade, esta não era uma nova prática em Portugal. Vários tinham sido os naturalistas que, sob as ordens ou a cumplicidade da monarquia portuguesa em diferentes momentos históricos, haviam reunido informações sobre o império, e Angola não fora exceção. Porém, em meados do século XIX, a conjuntura era outra – a missão seria uma maneira de exercer melhor controlo sobre territórios cada vez mais cobiçados por outros poderes coloniais europeus, num momento em que África surgia como a geografia privilegiada para o exercício do domínio imperial<sup>34</sup>.

Portugal estava a fazer um esforço deliberado e consciente de associar conhecimento e poder numa altura em que a história natural via reforçado o seu papel enquanto disciplina científica indissociável da exploração económica e comercial como do domínio territorial. Em 1853, o ano da chegada de Welwitsch a África, o Visconde de Santarém respondeu a um pedido do Visconde de Atouguia :

Ao momento de receber o despacho de V. Exa., já tinha coligido todos os documentos e esclarecimentos para provar que os direitos da Coroa de Portugal à posse dos territórios situados na Costa Ocidental de Africa [...] se fundão nos títulos mais solenes e reconhecidos pela Lei das Nações e pelo Direito das Gentes<sup>35</sup>.

---

<sup>33</sup> Welwitsch, Friedrich, *Colectânea de escritos doutrinários, florísticos e fitogeográficos de Frederico Welwitsch concernentes principalmente à flora de Angola*, ed. de Ascensão Mendonça, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1945; Welwitsch, F., « Catálogo das sementes de plantas colhidas pelo Dr [...] em alguns pontos em que tocou na sua viagem para Angola, e principalmente n'esta região e por ele mandados ao Jardim Botânico da Universidade de Coimbra », *Anais do Conselho Ultramarino* (1856), parte não oficial, 1.ª série, p. 77-84, p.249-54; Welwitsch, F., « Informação do Doutor [...] sobre os seus trabalhos na exploração de Angola, e notícia de numerosos objectos que ia remeter para Lisboa », *Anais do Conselho Ultramarino*, parte não oficial (1856), p. 293-97; Welwitsch, F., « Apontamentos Phyto-geographicos sobre a flora da província de Angola na África Equinocial seguido de relatório preliminar acerca da exploração botânica da mesma província », *Anais do Conselho Ultramarino* (1858), parte não oficial, 1.ª série, p. 527-80 ; Welwitsch, F., « Carta do Dr. Welwitsch a W. L. Howorth, em 1861, sobre a cultura do algodão em Angola », *Arquivo das Colónias*, I (1917), p.44-48 e 54-61 ; Welwitsch, F., *Cultura do Algodão em Angola* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1861) ; Welwitsch, F., « Carta do Dr. Welwitsch ao Sr. Bento António Alves sobre plantas do sertão Angolense », *Anais do Conselho Ultramarino*, 1858, p. 581-83 ; Welwitsch, F., *Quelques notes sur la géologie d'Angola*, ed. de Paul Choffat, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1888. Separata de *Comunicações da Comissão dos Trabalhos Geológicos*, tom. II, fasc. I, 1888; Welwitsch, *Catalogue of the African Plants collected by Friedrich Welwitsch in 1853-61*, Londres, Longnaus, 1896.

<sup>35</sup> *Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros-Lisboa-Delegação de Portugal em Londres, Maço II, no. 24; 66 : Carta do Visconde de Santarém ao Visconde de Athouguia (27 de Setembro de 1853).*

O manuscrito continua com a referências pormenorizadas de todos os documentos que legitimavam o domínio português sobre estes territórios africanos, e as bibliotecas e arquivos onde se estes se encontravam.

Outro género de provas que é indispensável produzir é a dos documentos que mostram o reconhecimento da Soberania de Portugal pelos chefes ou soberanos Africanos que habitam os países que hoje pertencem à coroa portuguesa ou que os estrangeiros nos disputam, estes documentos são da maior importância em razão dos princípios ostentados atualmente pelas duas primeiras Potências marítimas acerca de África<sup>36</sup>.

Este trabalho do historiador e diplomata Visconde de Santarém transformou-se num livro publicado em Lisboa em 1855 : *Demonstração dos direitos que tem a coroa de Portugal sobre os territórios situados na costa ocidental de Africa, entre 5°c 12°c e 8°c de latitude meridional* (o governo mandou depois fazer uma tradução em inglês, publicada em Londres, em 1856). A viagem de Welwitsch deve, assim, ser pensada no contexto mais amplo de um interesse português na posse efetiva de Angola que se traduz em várias decisões e iniciativas e com recurso a várias ciências, da história à botânica.

O projeto angolano foi aprovado a 17 de Março de 1851 e Welwitsch recebeu um mês de salário e uma soma inicial para aquisição dos instrumentos necessários à sua pesquisa. No mesmo ano pediu autorização para viajar para Londres durante alguns meses, como preparação para a expedição africana. Depois de contactar com os principais botânicos britânicos e levar a cabo algumas pesquisas, voltou a Lisboa e, finalmente, em 1853 rumou a Angola<sup>37</sup>. Os oito anos seguintes foram ocupados em viagens pela vasta região africana, coletando e classificando vários espécimes desconhecidos da ciência ocidental, sempre subsidiado pelo governo do seu país de adoção<sup>38</sup>.

---

<sup>36</sup> *Ibidem*.

<sup>37</sup> Gomes, Bernardino António, *As colecções da expedição científica Africana ordenada pelo governo de Portugal em 1851 e o direito a elas perante os tribunais em Londres / The collections of the African scientific expedition ordered by the Portuguese government in 1851 and the right of this government to them, before the English court*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1875, p.5, 6.

<sup>38</sup> Desde que publiquei uma primeira versão deste artigo em 2003, a investigação sobre Welwitsch progrediu em quantidade e qualidade quer numa perspectiva mais relacionada com a botânica quer, sobretudo, com o seu lugar na história da ciência através do projeto de pós-doutoramento em curso de Sara Albuquerque, « Botanical Exchanges and Networks of Knowledge : Friedrich Welwitsch's African Expedition – Iter Angolense (1853 – 1860) ». Supervisionado por Maria de Fátima Nunes e financiado pela FCT (SFRH/BPD/108236/2015). Ver : Albuquerque, Sara, Brummitt, Sara R. K. e Figueiredo, Estrela.

Porém, pouco depois da sua chegada a África, Welwitsch começou a perceber que o dinheiro que recebera de Lisboa não era suficiente para levar a cabo o seu ambicioso programa de pesquisa. Uma maneira que encontrou de resolver esta carência foi enviar caixas de plantas, sementes e insetos para vender em Londres<sup>39</sup>. Este episódio é um prenúncio do que viria a seguir. Welwitsch agia como naturalista, orientado pelos interesses a longo prazo da sua pesquisa, independente dos interesses nacionais portugueses. Os patronos da sua missão, pelo seu lado, estavam mais interessados numa aplicação pragmática e imediata dos resultados da sua pesquisa do que nos avanços da ciência botânica. Um exemplo que ilustra esta contradição de interesses é a descoberta de *Welwitschia mirabilis*<sup>40</sup>. Como o nome indica, esta estranha planta foi a “descoberta” mais famosa de Welwitsch, embora parece ter sido o diretor de Kew Gardens, William Hooker, e não o próprio Welwitsch a dar-lhe o seu nome (tal como foi ele que escreveu o primeiro artigo académico sobre a planta, publicado em versão portuguesa em 1863). Numa carta de Agosto de 1860, o austríaco sugere a Hooker que a planta se deveria chamar “Tumboa”, palavra usada localmente - *n'tumbo or otjitu* - para designar um “toco” ou uma “cepa”<sup>41</sup>. A sua classificação e anúncio foi celebrada pela comunidade europeia de botânicos, mas o seu valor agrícola ou económico para os Portugueses deixava muito a desejar.

No início de 1861 Welwitsch finalmente rumou de volta a Lisboa. A segunda parte da sua missão estava prestes a dar início. Havia que organizar e classificar a desordenada coleção de espécimes, de os estudar e de escrever sobre eles. Foi nesta fase que Welwitsch contribuiu para a mostra angolana da secção colonial portuguesa exposta na segunda

---

« Typification of Names Based on the Angolan Collections of Friedrich Welwitsch », *Taxon* 58, 2009, p. 641-646 ; Figueiredo, Estrela, Smith, Gideon F., « Friedrich Welwitsch and his overlooked contributions to the Flora of Tropical Africa, with a discussion of the names of Kalanchoe (Crassulaceae subfam. Kalanchooideae) that should be ascribed to Welwitsch alone », *Phytotaxa*, vol. 458, nº1, 2020; Albuquerque, Sara e Figueirôa, Sílvia, « Depicting the invisible: Welwitsch’s map of travellers in Africa », *Earth Sciences History*, vol. 37, nº1, 2018, p. 109-129.

<sup>39</sup> In 1859, Welwitsch também enviou algumas caixas de espécimes de história natural para o Museu Nacional de Lisboa (Arquivo do Museu Bocage, Ms. 60). Mas uns anos depois, em 1865, o director do museu, Barbosa du Bocage, queixou-se de não ter recebido mais espécimes desta coleção (Ms. 62).

<sup>40</sup> Hooker, Joseph Dalton, « Welwitschia, a new genus of gnetaceae », *Anais do Conselho Ultramarino*, parte não oficial, 4.ª série, 1863, p. 50-61 ; Bustard, Louise, « The ugliest plant in the world. The story of Welwitschia Mirabilis », *The Kew Magazine*, Vol. 7, nº. 2, May 1990, p. 85-90.

<sup>41</sup> Louise Bustard, « The ugliest plant in the world. The story of Welwitschia Mirabilis », *The Kew Magazine*, Vol. 7, nº 2, May 1990, p. 85-90, p. 86.

Exposição Universal realizada em Londres, em 1862, na qual foi reconhecido e premiado com medalhas de ouro<sup>42</sup>. Era a terceira exposição internacional em que participara. Welwitsch já tinha sido responsável pelo herbário português na londrina Great Exhibition, em 1851, a primeira das muitas exposições universais que seriam organizadas em diferentes lugares durante toda a segunda metade do século XIX e a primeira do século XX e, já no período africano, foi escolhido como presidente da mostra angolana da secção portuguesa da Exposition Universelle de Paris de 1855<sup>43</sup>. Mais tarde, participou também na secção colonial da Exposição Internacional do Porto de 1865, a primeira que teve lugar em Portugal. Na secção « Relação dos produtos da Província d'Angola enviados à Exposição do Porto », o nome de « Frederico » Welwitsch seguido do lugar surge como responsável do envio de vários tipos de madeiras provenientes da região de Cazengo<sup>44</sup>.

No entanto, a sua estadia em Lisboa não iria durar muito. Welwitsch e as muitas caixas de espécimes angolanos iriam voltar a viajar. Por volta de 1863, dez anos depois de partir para Angola, o austríaco estaria de novo em Londres. Se antes julgara necessário deslocar-se à capital britânica para preparar a sua viagem a África, agora, de regresso, considerava essencial voltar a fazê-lo: Portugal não lhe oferecia condições adequadas para continuar a sua pesquisa sobre as milhares de amostras recolhidas<sup>45</sup>. As coleções londrinas, especialmente aquelas do British Museum e de Kew Gardens, e os ilustres naturalistas que ali trabalhavam, proporcionavam-lhe, pelo contrário, o contexto idóneo para a etapa final da sua investigação. E, embora algumas vozes se tenham manifestado contra a sua partida, ela foi oficialmente aprovada pelo governo português. Com Welwitsch seguiu a coleção angolana com aproximadamente 5000 espécies de plantas, e cerca de 3000 insetos e animais, embalada em quarenta e duas caixas<sup>46</sup>. Além disso, o governo português continuou a pagar-lhe o seu salário mensal. Se ir para Londres se revelara necessário para o trabalho que o governo queria ver finalmente concluído, então

---

<sup>42</sup> Friedrich Welwitsch, « Madeiras e drogas medicinais e outros objectos mormente etnográficos de Angola pertencentes ao Dr [ ... ] e enviados à Exposição Internacional de Londres em 1862 », in *Anaes do Conselho Ultramarino*, parte não oficial, 3º série, 1862, p. 67-83, 91-95 ; [Visconde de Vila Maior, Júlio Máximo de Oliveira Pimentel], *Relatório do Comissário Régio junto à Comissão Real de sua Magestade Britânica na Exposição Internacional de 1862 em Londres sobre a parte administrativa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1865, p. 40-45, p.108-12, p.133-36.

<sup>43</sup> Almeida, José de, « O Dr. Frederico Welwitsch..., *op.cit.*, n° 28, 1927, p. 63-84, p.70.

<sup>44</sup> AA. VV., *Catálogo Oficial da Exposição Internacional do Porto em 1865*, Porto, Typografia do Comércio, 1865, p. 32-34 da secção colonial.

<sup>45</sup> Carta de F. Welwitsch a Manuel Jorge de Oliveira Lima (30 de Maio de 1863), *Correspondência Oficial de Welwitsch*, ed. de Américo Pires de Lima, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1959, p. 93-96.

<sup>46</sup> Lima, *Correspondência...*, *op. cit.* p.30.

a coroa mostrar-se-ia disposta a continuar a apoiar o filho adotivo. Todavia, Welwitsch nunca regressou ao seu país de adoção.

Ao chegar a Londres retomou as relações anteriormente estabelecidas e iniciou uma correspondência com outros naturalistas do continente<sup>47</sup>. Enquanto esteve na capital britânica, Welwitsch escreveu sobre a sua intenção de voltar a Lisboa, logo que possível, com os resultados dos seus estudos. Ninguém poderia provar que ele não estava a trabalhar nas coleções africanas, mas o tempo foi passando e a coroa portuguesa continua sem receber o esperado relatório que anteciparia o desejado aproveitamento dos recursos angolanos. Foram enviadas cartas de Lisboa a reclamar resultados que justificassem os pagamentos já feitos. Mas não obtiveram resposta. Depois de várias tentativas infrutíferas ao longo de anos, e depois de perceber a impossibilidade de qualquer diálogo, no início de 1866 o governo português decidiria pôr fim aos pagamentos. Quatro anos mais tarde, Welwitsch contactou o ministro português das colónias para saber se as suas relações com o governo português poderiam ser restabelecidas. A resposta foi idêntica às anteriores : ele e as coleções angolanas deveriam voltar a Lisboa e o resultado dos seus estudos ser publicado. E nesse caso, as despesas de viagem ser-lhe-iam pagas. Possivelmente por dificuldades financeiras, Welwitsch concordou retornar a Lisboa e embalou algumas das coleções, mas mais dinheiro era necessário para o transporte. O tempo foi passando e ele continuava em Londres. Não houve mais comunicações com Portugal. Até que em 1872, Welwitsch morreu. Estava em Londres, tal como todos os espécimes recolhidos em Angola.

### **Conflito jurídico pelas coleções angolanas : coroa portuguesa versus museu britânico**

O fim da vida de Welwitsch representou o início de uma complexa batalha legal, que demorou vários anos a chegar ao fim<sup>48</sup>. Este conflito jurídico colocou o rei de

---

<sup>47</sup> Almeida, José de, « O Dr. Frederico Welwitsch... », *op.cit.*, nº 32, 1928, p. 97-129, p.112.

<sup>48</sup> Toda a documentação manuscrita sobre este caso encontra-se no British Museum-Natural History Archives-'Welwitsch' (DF 404 26-50). Identifiquei a documentação sobre este conflito quando estive a fazer investigação no arquivo, no contexto da escrita da minha tese de doutoramento que deu origem ao livro: Vicente, Filipa Lowndes, *Viagens e Exposições. D. Pedro V na Europa do século XIX*, Lisboa, Gótica, 2003. Ver também : Gomes, Bernardino António, *As colecções da expedição científica Africana ordenada pelo governo de Portugal em 1851 e o direito a elas perante os tribunais em Londres / The collections of the African scientific expedition ordered by the Portuguese government in 1851 and the right of this government to them, before the English court*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1875.

Portugal D. Luís, em nome do governo português, em oposição ao British Museum, representado por dois executores de Welwitsch, nomeados por sua última vontade, William Carruthers, chefe do Departamento de Botânica do museu, e Frederick Justen, um livreiro e editor. Segundo o documento, três dias antes de morrer, Welwitsch fizera uma declaração respeitante à distribuição dos espécimes de história natural e dos instrumentos de estudo, e na qual as vastas coleções africanas eram referidas como sendo sua propriedade pessoal<sup>49</sup>.

José de Almeida no seu longo ensaio sobre Welwitsch publicado entre 1926 e 1928 sugere mesmo que o naturalista teria medo de « ver perdida toda a sua obra » se a tivesse que deixar em Lisboa e se lembraria « amiúde do pobre Rodrigues Ferreira<sup>50</sup> » e do que teria sucedido ao Padre João Loureiro, botânico e missionário na Ásia, se não tivesse seguido os conselhos de Sir Joseph Banks<sup>51</sup>. De igual modo, Américo Pires de Lima refere que Welwitsch nunca queria « perder de vista as suas preciosas coleções » pois « conhecia, evidentemente, a tragédia do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira » : à medida que ia fazendo as coletas enviava caixotes do Brasil para Portugal, « em boa parte pela excessiva preocupação do Dr. Alexandre de obedecer às regras burocráticas<sup>52</sup> ». « O resultado foi que elas se desorganizaram, as suas etiquetas se baralharam » e no seu regresso a Lisboa, continua Pires de Lima, o naturalista encontrou « em grande parte inutilizado o produto de tantos anos de trabalho, e de tantos perigos corridos em regiões inteiramente virgens de qualquer exploração científica »<sup>53</sup>. Saint-Hilaire, acrescenta, completara depois « essa obra de aniquilamento ». Assim, para dois dos seus principais biógrafos, na década de 1920 ou de 1960, as decisões do naturalista, à revelia da vontade superior de quem lhe pagava as contas, tinham legitimidade e razão de ser.

---

<sup>49</sup> Welwitsch, Friedrich, « Directions to my executors relating to my collections », 18 de Outubro de 1872, in *Will of Dr F. Welwitsch, the opinion of Mr Sweet on the Will, and letters on Welwitsch's illness and death*. British Museum-Natural History Archives, DF 404/26. Também « Directions to my executors » (1872).

<sup>50</sup> Almeida, José de, « O Dr. Frederico Welwitsch... », *op.cit.*, nº 32, 1928, p. 110.

<sup>51</sup> Ver o interessante artigo sobre as cartas que Banks escreveu a João Loureiro e que se encontram no Arquivo do Museu Nacional de História Natural, em Paris : Daszkiewicz, Piotr, « The letters of Sir Joseph Banks in the manuscript collection of the Muséum National d'Histoire Naturelle in Paris », *Archives of Natural History*, 26 (2), 1999, p. 269-272.

<sup>52</sup> Lima, Américo Pires de (ed.), *Correspondência Oficial de Welwitsch*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1959, p. 93-96, p. 22-23.

<sup>53</sup> Lima, Américo P. de (ed.), *Correspondência...*, *op.cit.*, p. 23.

Além dos espécimes destinados a Portugal, o testamento de Welwitsch era claro quanto ao benefício de outras instituições.<sup>54</sup> O British Museum receberia a cópia do estudo de plantas africanas, enquanto os museus botânicos de Berlim, Viena, Paris e Copenhaga, o Museu Imperial de História Natural do Rio de Janeiro, o Museu de Caríntia na Áustria e o Kew Gardens de Londres seriam agraciados com coleções de amostras. Algumas pessoas a título individual em diferentes países da Europa foram também nomeadas como beneficiários. Welwitsch parecia querer deixar a sua marca nos principais centros europeus de história natural, e provavelmente também queria compensar algum apoio que possa ter recebido de naturalistas específicos<sup>55</sup>.

O governo português tinha, no entanto, uma opinião bem diferente acerca da verdadeira propriedade dos espécimes e contestou a distribuição dos objetos anunciada por Welwitsch, sobretudo a oferta das suas amostras de estudo — o seu mais valioso trabalho — ao British Museum. Welwitsch concluía a sua lista defendendo que a cedência das suas coleções a esses museus deveria ser considerada como feita « pelo Governo Português sob cujo patrocínio e liberalidade algumas delas foram efetuadas ». Se o governo português estava ou não disposto a tamanha generosidade, contribuindo para o progresso da ciência num país que era já um grande centro imperial e se tornaria, mais tarde, o seu principal concorrente na exploração e controlo africano, não parecia ser uma preocupação de Welwitsch.

Em apêndice à sua declaração de últimas vontades, Welwitsch escreveu uma carta que pode ser lida como justificação para os seus gestos e que, como veremos, de algum modo espelha alguns dos argumentos usados para legitimar a pilhagem de Geoffroy Saint-Hilaire em 1808:

---

<sup>54</sup> Welwitsch, Friedrich, « Directions to my executors relating to my collections », 18 de Outubro de 1872, in *Will of Dr F. Welwitsch, the opinion of Mr Sweet on the Will, and letters on Welwitsch's illness and death*. British Museum-Natural History Archives, DF 404 26-50.

<sup>55</sup> No já citado interessante artigo de Sara Albuquerque e Silvia Figueirôa, as autoras escreveram sobre o mapa manuscrito de « viajantes em África » que Welwitsch foi fazendo ao longo da sua viagem e onde anotava os outros viajantes, naturalistas também muitos deles, com quem se cruzava durante o percurso. Como afirmam as autoras, entre os 94 nomes referidos encontram-se 11 nomes de correspondentes seus. O mapa é também a prova de como valorizava uma rede de contactos que transcendia fronteiras : Albuquerque, S., & Figueirôa, S., « Depicting the Invisible: Welwitsch's Map of Travellers In Africa », *Earth Sciences History*, 37(1), 2018, p.109-129.

No meu regresso de Angola, fui instruído para dirigir-me a Londres com a maior parte das minhas coleções, para obter a ajuda das grandes bibliotecas e museus de ciência e dos eminentes cientistas nos vários ramos da Botânica e da Zoologia. Não havia em Lisboa nem livros, coleções ou cientistas qualificados capazes para que esse trabalho fosse feito ali, e tentar fazer este trabalho em Lisboa teria significado produzir algo que mais traria do que descrédito aos seus autores e ao seu país. Foi, assim, uma necessidade enviar as coleções para serem examinadas num dos maiores centros de ciência, e Londres foi o escolhido<sup>56</sup>.

Welwitsch continua afirmando que levou as coleções para Londres na convicção que o governo português continuaria a subsidiar o seu trabalho. Quando foi acusado por um membro do parlamento português de « vender as coleções angolanas e viver luxuosamente em Londres com os proventos disso », as suas relações com Portugal deterioraram-se até à rutura. Apesar disso, assevera que continuou o seu trabalho « sem interrupção ». A mesma carta que acompanha a declaração de últimas vontades termina com uma afirmação reveladora, na qual ele contrapõe às injustas afirmações sofridas a sua vontade de beneficiar Portugal no seu testamento, apesar de tudo o que acontecera. Há uma frase na carta que sintetiza bem as prioridades distintas entre o botânico e o país que o contratara. Welwitsch considera que os seus serviços foram prestados « à ciência e a Portugal »; Portugal talvez tivesse preferido que o tivessem sido « a Portugal e à ciência ».

Como Portugal não pôde dar-lhe as condições, materiais e humanas, para que o trabalho fosse finalizado no país, Welwitsch afirma ter tido que ir para « um dos grandes centros de ciência ». Depois de coletar os objetos, era necessário nomeá-los e organizá-los, pois sem isso não teriam qualquer valor. A classificação tinha de ser feita antes da exibição, fosse numa sala de museu, em gravuras, ou numa apresentação à comunidade científica, ou, mais simplesmente, ao governo português. E apesar de Portugal ter fornecido os meios para a fase inicial do processo, tornando possível as coletas, a conclusão apenas podia ser alcançada fora do país.

Depois de anos de litígio contínuo (1872-76) o processo jurídico foi finalmente concluído em 1876 com uma sentença que agradou mais ao British Museum do que aos Portugueses. Ficava estabelecido que ao rei de Portugal caberia a maioria das coleções de

---

<sup>56</sup> « Instruções aos meus executores relativas às minhas coleções », Welwitsch, Friedrich, « Directions to my executors relating to my collections », 18 de Outubro de 1872, in *Will of Dr F. Welwitsch, the opinion of Mr Sweet on the Will, and letters on Welwitsch's illness and death*. British Museum-Natural History Archives, DF 404/26.

Welwitsch e os seus registos, as notas de trabalho<sup>57</sup>. Mas o British Museum também recebia um conjunto completo de todos os espécimes trazidos de África e uma cópia integral dos registos. Não tanto como Welwitsch havia determinado no seu testamento de últimas vontades, mas ainda assim, o British Museum recebia o equivalente ao conjunto principal do material enviado para Portugal, sem que para isso tivesse feito qualquer tipo de investimento ou pagamento. Além de espelhar a crescente influência e intervenção da Grã-Bretanha nos territórios africanos que Portugal considerava serem do seu domínio, e em geral, na esfera científica internacional, este caso pode ser considerado como um primeiro sinal dos conflitos coloniais que haveriam de afetar as relações entre os dois países no fim do século, e que culminaram com o ultimato de 1890.

### **Quem faz os objectos viajarem ? Quem merece possuir ?**

Estes dois episódios envolvendo Saint-Hilaire e Welwitsch tiveram lugar em momentos históricos e contextos muito diversos. No entanto, têm vários pontos em comum que nos interessa aqui explorar: em primeiro lugar, a relação entre viagem e apreensão de conhecimento, entre mobilidade e constituição de coleções, e os modos como os objetos que viajam se transformam em objetos de exposição após passarem o crivo da ciência. Em segundo lugar, os processos pelos quais alguns países atraem mais objetos do que outros, e como a essa capacidade de estudar, classificar, preservar e exhibir corresponde uma hegemonia política e económica. Em terceiro lugar, o modo como os espaços de exibição criados ou desenvolvidos no século XIX – os museus públicos e as exposições universais e coloniais – são inseparáveis da construção de identidades nacionais e coloniais. E finalmente, a relação entre periferias e centros e os modos como estas relações se vão alterando em continuas negociações.

### **Viagens que transformam espécimes em coleções**

---

<sup>57</sup> Curiosamente, pouco tempo depois desta batalha jurídica, no fim de 1877, uma carta endereçada a Barbosa du Bocage pela Secretaria d'Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar discutia a decisão de enviar a coleção de insetos africanos de Welwitsch, para efeito de estudos, para alguns « sábios estrangeiros, à semelhança do que se pratica em toda a parte » (Arquivos do Museu Bocage, Ms. 66).

Vimos como cada viagem é inseparável da formação de coleções. Se todos os viajantes coletam, ou, noutras palavras, se todos os viajantes regressam a casa com alguma coisa (escrevendo, desenhando, fotografando, adquirindo ou saqueando), alguns viajantes apenas viajam porque querem formar coleções. Isso é muito evidente no caso dos naturalistas, em que o propósito principal das suas viagens é precisamente o de fazer com que os objetos viajem – do lugar para onde os viajantes viajaram, para o lugar de origem dos viajantes. O conceito de Louis Marin « saque de conhecimento » designa bem as viagens realizadas por naturalistas, porque é um saque que apenas ganha sentido quando colocado ao serviço do conhecimento. No caso comum de Saint-Hilaire e Welwitsch, há um constante reafirmar da diferença entre coletar e transformar os espécimes em coleção, entre objetos que viajam e exposição de objetos. Se, no século XVIII ou XIX, Portugal possuía os meios para fazer « saques » no Brasil e em Angola, não significa que tivesse os meios e o modo para conseguir converter esses saques em conhecimento — escrito ou exibido.

O período em que Geoffroy Saint-Hilaire fez tantos objetos viajarem (desde 1798, data da primeira incursão napoleónica em Itália, até 1815) foi também o de um involuntário interregno dos viajantes na Europa. Enquanto os viajantes europeus cederam o passo ao avanço dos exércitos napoleónicos, uma grande variedade de objetos foi igualmente deslocada. Mas numa direção diferente. Se a maioria dos viajantes do século XVIII partia dos centros em direção às periferias da Europa, como a Itália, agora os objetos eram transferidos, com recurso à força e num contexto militar, dessas periferias para o centro. As invasões francesas constituem um ponto de viragem entre as práticas de viagem características do século XVIII (o Grand Tour) e os novos modos de viajar que caracterizaram o século XIX (o turismo), tal como representaram uma rutura no modo como toda uma cultura material passou a ser exibida e preservada. Nunca, até então, se tinha assistido a um tal movimento de objetos no espaço europeu e norte-africano e num tão curto período temporal pois nunca a assimetria de um conflito armado tinha sido aproveitado assim para a apropriação de tudo aquilo que fosse “coleccionável” nos paradigmas contemporâneos. Foi na sequência das invasões napoleónicas que em Itália se desenvolveram as políticas e a legislação de salvaguarda e preservação do seu património artístico.

Do mesmo modo que os viajantes veem as suas identidades transformadas ao longo da viagem, dependendo do lugar de onde observam e são observados, também os

objetos se submetem às contingências dos seus contextos. Em Angola ou no Brasil, em Lisboa, em Paris ou em Londres, os mesmos espécimes adquirem diferentes significados. Welwitsch e Rodrigues Ferreira foram, pode dizer-se, os agentes encarregados de fazer os objetos viajarem do seu local de origem para Portugal. Mas enquanto foi o próprio Welwitsch que depois fez uma outra viagem com as caixas angolanas – de Lisboa para Londres – no caso das coleções brasileiras, as suas duas viagens estão separadas pelo tempo e pelas motivações. Se Rodrigues Ferreira é quem envia e depois acompanha as caixas brasileiras para Lisboa, é depois o naturalista francês que leva para Paris os espécimes que estavam já desencaixados e expostos no museu de Lisboa.

O destino final de ambas as remessas, brasileiras ou angolanas, não era uma coleção privada, nem mesmo uma coleção principesca, mas, como vimos, museus públicos com uma forte identidade nacional. De facto, tornarem-se visíveis a um público alargado fazia parte do sucesso das narrativas de saber expostas em museus. Antes de chegarem ao espaço de exposição, a história dos espécimes exibidos é quase sempre omitida perante os novos públicos. A legenda mostra a sua origem, sem dúvida. O facto de terem viajado de Angola ou do Brasil é fundamental para a sua mais recente identidade. Mas o modo como chegaram ali é quase sempre invisível. Vieram « naturalmente » de lugares muito distantes para o centro de Londres e Paris. O *in between* é um vazio silencioso na narrativa final da sua exibição. E é deste vazio, muitas vezes cruzado com histórias de domínio colonial ou de conflito armado que podem surgir histórias de violência ou apropriação indevida. Que não cabem nas legendas de museus.

Os exemplos de Welwitsch e Saint-Hilaire também demonstram que, legalmente ou ilegalmente, eticamente ou não, cidades como Paris e Londres atraíram objetos de fora das suas fronteiras. As razões pelas quais esses objetos « viajaram » de Portugal a Paris ou a Londres são bastante diferentes, mas em ambos o caso está implícito uma espécie de legitimação do seu movimento, como se tais lugares tivessem criado as condições para a existência « natural » de todo o tipo de objetos, para o seu estudo, classificação e exibição. Assim, poderíamos afirmar que, durante o século XIX alguns países europeus foram capazes de monopolizar os meios de criar uma cultura visual universal. Poderia chamá-lhes «países museus» porque eles não são necessariamente os que se apropriaram, em primeiro lugar, dos objetos que exibiram, mas foram aqueles que dominaram os discursos e os instrumentos que lhes deram significado. Ao musealizar objetos, produtos, espécimes, esses países criaram as tecnologias para a exibição de narrativas civilizadoras,

onde eram os principais protagonistas. Tornaram seus muitos dos objetos que metonimicamente representavam alguns dos mais celebrados valores da *episteme* ocidental, da Grécia a Itália, por um lado, mas também aquela cultura material e natural proveniente de todos os lugares do mundo, sobretudo aqueles sob domínio europeu. Sendo definidas por palavras como ‘civilização’ e ‘progresso’ e ‘futuro’, tais nações eram também aquelas capazes de organizar o passado, as várias « histórias » de si próprias e de outras nações. Como « guardiãs » de diferentes tempos e diferentes espaços assumiam o papel de zeladores de uma universalidade que, simultaneamente, reificava as suas identidades nacionais.

Portugal, pelo contrário, possuía os objetos, mas, como muitos outros países, não detinha os instrumentos — museus, comunidades científicas e poder de conhecimento — para proteger suficientemente a sua cultura material ou a dos lugares que considerava como seus. O poder sobre a cultura material e científica estava ainda muito ligado à esfera privada e aristocrática, tal como acontecera em séculos anteriores, e a maior parte das coleções expostas ou em condições de o ser permaneciam inacessíveis à maioria das pessoas. Projetos como os de Alexandre Rodrigues Ferreira no Brasil do século XVIII e o de Friedrich Welwitsch na Angola do XIX, só se tornaram possíveis graças ao apoio do governo e da família real, cujos interesses iam para além de ambições científicas, para incluir também as económicas e políticas. O « saque » brasileiro foi reduzido ao espaço de exposição característico de um gabinete real, acessível a poucos, antes de Saint-Hilaire o ter deslocado para um museu público em Paris (que originalmente também tinha estado ligado à família real francesa). A coleção angolana, pelo contrário, mal pousou em Lisboa, e só foi descaixotada num outro museu público, em Londres. Portanto, e apesar dos seus diferentes itinerários, o destino final dos saques de Saint-Hilaire e de Welwitsch foi semelhante : os principais museus de história natural, em Paris e Londres, em França e na Grã-Bretanha.

### **Geografias, identidades, negociações**

As geografias de ambas as histórias podem ser divididas em três áreas : primeiro, os lugares onde foram recolhidas as « coleções » – Brasil e Angola – são dois espaços colonizados, mesmo que o Brasil se encontrasse nas vésperas da sua emancipação e Angola, ainda nos começos de uma ocupação incipiente. Em segundo lugar, está a

Europa. Mas uma Europa desigual e dependente da capacidade imperial de domínio para lá da Europa. Alguns países da Europa valiam mais do que outros. Assim, cada vez mais, ao longo do século XIX, Portugal, como Espanha, vão reificando o seu caráter periférico face a uma França ou sobretudo um Reino Unido cada vez mais dominantes nas várias dimensões que legitimavam o seu poderio, da afirmação colonial, à industrialização, ao desenvolvimento dos transportes e às obras de engenharia – das linhas de caminho de ferro ao navio a vapor ou às pontes e túneis. Esta era uma superioridade que também se manifestava no desenvolvimento de cada país em relação aos vários ramos da ciência e aos instrumentos para o partilhar com os seus cidadãos – dos museus, às exposições, dos jardins zoológicos e botânicos aos panoramas e dioramas, dos jornais às gravuras e, depois, à fotografia.

O que é evidente nas negociações entre estes três diferentes espaços é que apenas dois deles - os países europeus – surgem como agentes, protagonistas e dialogantes. Portugal podia ser o país periférico que se via privado do « saber » que adquirira graças ao seu acesso privilegiado ao Brasil e depois a Angola. Mas era também o lugar de resistência a essa periferia – diplomatas, monarcas e cientistas portugueses tentaram contrariar a apropriação de 1808 ao longo de diferentes momentos do século XIX, tal como a coroa portuguesa tentou, através da última instância possível, a jurídica, recuperar as coleções de Welwitsch.

O Brasil e Angola, pelo contrário, não tiveram voz ou lugar neste processo. A sua subordinação a Portugal implicava que fosse Portugal a negociar as coleções « brasileiras » e « angolanas » como sendo « suas », mesmo em momentos do século XIX em que o Brasil era já uma nação independente. Portugal tinha, assim, que legitimar as suas posses face a Paris e a Londres, mas não perante o Brasil ou Angola. Cem anos depois – hoje – a restituição de objetos tornou-se uma questão central às relações políticas entre países que no passado estiveram no lugar de colonizadores ou de colonizados. A reparação de passados difíceis, desiguais e violentos pode assumir muitas formas, mas a devolução da vastíssima cultura material trazida de África ou da Ásia para a Europa em contexto colonial tem sido a mais simbólica e contestada das suas estratégias. E ao contrário daquilo que acontecia há cem anos, agora as nações que já foram colonizadas passaram a ser agentes participantes destes conflitos e negociações.

Os processos de restituição de ambos os casos analisados mostram, no entanto, as mudanças que se deram em Portugal na segunda metade de oitocentos – uma passagem

da esfera aristocrática e real para a alçada de museus públicos, universidades e instituições como a Sociedade de geografia e uma tendência para a institucionalização das disciplinas de conhecimento com a abertura de coleções a públicos mais vastos. Ambos os casos ilustram esta tensão entre novas e velhas tradições de colecionismo e exposição, assim como entre projetos nacionais/coloniais e projetos científicos universais. O processo de devolução da pilhagem de Saint-Hilaire culminou em 1858 com o envolvimento do diretor do Museu de História Natural, criado nesse mesmo ano em Lisboa. Em contrapartida, no processo de Welwitsch, iniciado em 1872, os Britânicos foram representados pelo seu mais importante museu, enquanto os Portugueses foram representados pelo rei de Portugal (ainda que com a colaboração de Bernardino António Gomes, um naturalista próximo da família real).

### **Histórias naturais, histórias nacionais, histórias coloniais**

Ambos estes casos permitem também explorar a relação entre coleções de história natural e construção de identidades nacionais e coloniais. Ao longo do século XIX, o colonialismo tornou-se uma experiência visual e física acessível fora das colónias. Milhares de objetos e espécimes, mas também animais e mesmo seres humanos vivos, viajaram das colónias para as metrópoles, e destas muitas vezes para outras metrópoles onde aguardavam a sua nomeação, se ainda desconhecidos pela ciência europeia. Zoologia, antropologia, etnografia ou botânica eram algumas das etiquetas que recebiam à chegada. O local apropriado para a sua exibição era determinado do mesmo modo: um museu especializado, um jardim zoológico ou botânico, ou uma exposição universal ou nacional. Exposto num espaço e descrito num catálogo, cada produto acabava por ocupar o seu lugar numa sempre crescente enciclopédia universal a duas e a três dimensões, lida e vista. O interesse por história natural e a sua exposição não eram novas<sup>58</sup>. O que era novo no século XIX eram os espaços em que podiam ser vistos, a sua classificação e o facto de nunca antes ter havido tantas coisas para mostrar, assim como um tão grande número de pessoas para as verem. Estes espaços públicos de exposição tornavam o mundo um panorama visual em que tempo e espaço eram transgredidos para serem reordenados

---

<sup>58</sup> Foucault, Michel, *The Order of Things. An Archeology of the Human Sciences*, London, Routledge, 1997, p. 131.

segundo novos critérios. Eram lugares que mimetizavam a própria ideia de viagem. E onde os visitantes se tornavam viajantes.

E voltamos às tensões entre centros e periferias que estão longe de serem estanques ou estáveis. Se em relação às suas colónias do Brasil e Angola, Portugal, ou melhor ainda, Lisboa, era o centro onde se concentrava a maior parte do conhecimento escrito, material e visual sobre o império, em relação a Londres ou Paris, Lisboa estava situada na periferia. Apesar das diferenças óbvias entre estes dois casos, tentei também explorar neste artigo aquilo que os une e que fez com que as coleções acabassem por viajar para « as capitais do século XIX », para usar a expressão de Walter Benjamin<sup>59</sup>. Paris e Londres eram as duas cidades que podiam ser consideradas os centros da classificação e da exibição, os centros do museu-cultura que tornou o mundo visível e observável ao longo do século XIX. Portugal, enquanto « outro » europeu, como os « outros » de outros continentes, não era reconhecido como sendo capaz de cuidar da sua própria cultura material e natural.

Muitas vezes não eram os centros que emitiam tais juízos de valor, mas a própria elite portuguesa, culta, viajada, consciente dos limites nacionais e sempre pronta a fazer comparações com o resto da Europa e críticas ao seu lugar de origem. Quando as elites de um país periférico se identificam elas próprias com os valores do centro, e fazem desses valores apreendidos além-fronteiras, o modelo a aspirar, estão também a subverter o seu lugar periférico, estão a resistir a uma dicotomia e a uma dependência intelectual, política ou cultural da qual saem perdedores. Invocavam uma ideia de conhecimento universal que se devia sobrepor às ambições nacionais. Por vezes combinando-a com ambições nacionais – e coloniais. A comunidade de naturalistas, diplomatas, políticos, monarcas ou eruditos revela, assim, uma tensão entre valores cosmopolitas independentes de fronteiras, e fortes valores nacionais, indissociáveis dos coloniais, e foi nestas tensões contraditórias que se trilharam os itinerários de viagem da gigantesca quantidade de objetos, produtos e espécimes que, em nome do conhecimento, circularam globalmente durante este período.

---

<sup>59</sup> Benjamin, Walter, « Paris, the Capital of the Nineteenth Century », in *Charles Baudelaire. A Lyric Poet in the Era of High Capitalism*, Londres, Verso, 1997, p. 155-76.

## **Coleções e colonialismo : Reparações do passado, identidades do presente**

A historiografia sobre coleções, museus e outros espaços de classificação e exibição como jardins zoológicos e botânicos ou exposições universais, desenvolvida desde a década de 1990 sobretudo no contexto dos *museum studies* tendia a focar-se em histórias nacionais e nas relações entre poder e conhecimento inspiradas em Michel Foucault, mesmo quando grande parte das coleções destes lugares não eram « nacionais » – o British Museum como exemplo paradigmático. Na última década, no entanto, novas abordagens sobretudo provenientes da antropologia e dos estudos coloniais, vieram enriquecer esta área de saber que, mais recentemente, se cruzou também com as interpelações de um ativismo politizado que encontra no passado colonial as origens das desigualdades raciais do presente. Nesta conjuntura contemporânea, os museus que pareciam definitivos e inquestionáveis viram-se intimados nas suas certezas e seguranças. O debate saiu do espaço mais restrito da academia e das instituições de cultura e arte para se multiplicar no espaço público e se politizar.

Os museus são feitos de objetos que viajaram até ali chegar, e em muitos casos viajaram de longe, para lá dos limites das nações em que se encontravam. Até recentemente, os museus, sobretudo aqueles dos países mais ricos e desenvolvidos e daqueles países que tiveram passados coloniais longos e recentes, tinham implícito o poder de assegurar que os seus objetos nunca mais voltassem a viajar. Mas os presentes de muitos museus são feitos de passados problemáticos, e tanto a academia como o ativismo, onde pela primeira vez se ouvem bem alto as vozes daqueles que são descendentes de pessoas colonizadas ou escravizadas, têm questionado a legitimidade ética daquilo que vêm exposto. Quando tantas histórias de museus e coleções são indissociáveis de histórias de violência, desigualdade e injustiça, a devolução de objetos surge como uma das mais simbólicas formas de reparar as injustiças do passado. Os museus que mais exibiam « saques de conhecimento » são agora aqueles que mais se vêm confrontados com as suas histórias passadas e que mais interpelados são a intervir no presente – e um dos modos de o fazerem é o de deixarem os seus objetos regressarem aos seus lugares de origem, numa viagem sem retorno. Estes dois estudos de caso permitiram-nos explorar os cruzamentos entre coleções, conhecimento e colonialismo, assim como a politização e o caráter identitário e simbólico da cultura material que nos últimos dois séculos « viajou » de tantos lugares do mundo para se concentrar nalguns

lugares específicos. Nos séculos XVIII, XIX ou XX, a legitimidade de posse de coleções foi sempre uma questão latente, mas hoje passou a estar presente no espaço público e político global. Pensar historicamente nas genealogias destas negociações e conflitos pode contribuir para o seu debate contemporâneo.

## Bibliografia

### Livros

Academia das Ciências de Lisboa, *Breves Instruções aos correspondentes da Academia das Ciências de Lisboa sobre as remessas dos produtos, e notícias pertencentes à História da natureza, para formar um Museu Nacional*, Lisboa, Régia Oficina Tipográfica, 1781.

Benjamin, Walter, « Paris, the Capital of the Nineteenth Century », in *Charles Baudelaire. A Lyric Poet in the Era of High Capitalism*, Londres, Verso, 1997.

Daget, Jacques e Saldanha, Luiz, *Histoires Naturelles Franco-Portugaises du XIXe Siècle*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação das Pescas, 1989.

Balbi, Adrien, *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve, comparé aux autres états de l'Europe, et suivi d'un coup d'œil sur l'état actuel des sciences, des lettres et des beaux arts parmi les portugais des deux bémispheres dédié a sa majesté très-fidèle*, 2 vols, Paris, Chez Rey et Gravier, 1822, II.

Bocage, J. V. Barbosa du, *Instruções praticas sobre o modo de colligir, preparar e remetter productos zoologicos para o Museu de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1862.

Brigola, João Carlos P., *Coleções, Gabinetes e Museus em Portugal no século XVIII*, Lisboa, FCG, 2003.

Castel-Branco, Cristina (ed.), *Botanic Gardens of Ajuda*, Lisboa, Jardim Botânico da Ajuda, 1999.

Dolezal, Helmut, *Friedrich Welwitsch. Vida e Obra*, ed. e trad. de A. Exell & E. J. Mendes, Lisboa, Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1974.

*A Educação dos Príncipes no Paço da Ajuda (1863-1884)*, Carmina Correia Guedes e Isabel Silveira Godinho, Lisboa, Ministério da Cultura/IPPA/Palácio Nacional da Ajuda, 2004. Catálogo de Exposição.

Foucault, Michel, *The Order of Things. An Archeology of the Human Sciences*, London, Routledge, 1997.

Gomes, Bernardino António, *As coleções da expedição científica Africana ordenada pelo governo de Portugal em 1851 e o direito a elas perante os tribunais em Londres / The collections of the African scientific expedition ordered by the Portuguese government in 1851 and the right of this government to them, before the English court*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1875.

Lima, Américo Pires de (ed.) *Correspondência Oficial de Welwitsch*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1959, p. 93-96, p. 22-23.

D. Pedro V, Leitão, Ruben A., *Diário da Viagem a França del-Rei Dom Pedro V (1855)*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian. Centro Cultural Português, 1970, p. 216.

Ribeiro, José Silvestre, *História dos estabelecimentos científicos litterarios e artisticos de Portugal nos sucessivos reinados da monarquia*, vol. III, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1873.

Ribeiro, Victor, *Maravilhas da Natureza (O Homem e os Animais). Descrição popular das raças humanas e do reino animal segundo o plano de A. E. Brehm*, edição coordenada, revista e ampliada, Lisboa, Empresa da História de Portugal, 1904.

Sá, José António de, *Compêndio de observações, que formam o plano da viagem política, e filosófica, que se deve fazer dentro da pátria*, Lisboa, Na oficina de Francisco Borges de Sousa, 1783.

Vandelli, Domingos, *Viagens Filosóficas ou dissertação sobre as importantes regras que o filósofo naturalista, nas suas peregrinações deve principalmente observar*, Ex. manuscrito, Academia das Ciências de Lisboa, 1779.

Vicente, Filipa Lowndes, *Viagens e Exposições. D. Pedro V na Europa do século XIX*, Lisboa, Gótica, 2003.

Welwitsch, Friedrich, *Colectânea de escritos doutrinários, florísticos e fitogeográficos de Frederico Welwitsch concernentes principalmente à flora de Angola*, ed. de Ascensão Mendonça, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1945

Welwitsch, Friedrich, *Cultura do Algodão em Angola*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1861.  
Welwitsch, Friedrich, *Quelques notes sur la géologie d'Angola*, ed. Paul Choffat, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1888. Separata de *Comunicações da Comissão dos Trabalhos Geológicos*, tom. II, fasc. I, 1888;  
Welwitsch, Friedrich, *Catalogue of the African Plants collected by Friedrich Welwitsch in 1853-61*, Londres, Longmans, 1896.

### Artigos

Ceríaco, Luis Miguel Pires, Brigola, João Carlos Pires, Oliveira, Paulo de, « Os monstros de Vandelli e o percurso das coleções de História Natural do século XVIII », in *História da ciência luso-brasileira: Coimbra entre Portugal e o Brasil*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.

Brigola, João, « Domingos Vandelli e a circulação de conhecimentos na rede de naturalistas europeus », in *Museus, Património e Ciência. Ensaios de história da cultura*, Évora, Cidehus, 2016, p. 162-170.

### Revistas

AA.VV., *Revue d'Histoire des Sciences et de leurs Applications*, 25, 1972, volume dedicado a Étienne Geoffroy Saint-Hilaire.

AA.VV., «Geoffroy Saint-Hilaire», *Magasin Pittoresque*, 19, 1845, p.146-49.

AA. VV., *Catálogo Oficial da Exposição Internacional do Porto em 1865*, Porto, Typografia do Comércio, 1865.

Albuquerque, S., & Figueirôa, S., « Depicting the Invisible: Welwitsch's Map of Travellers In Africa », *Earth Sciences History*, 37(1), 2018, p.109-129.

Albuquerque, Sara e Figueirôa, Sílvia, « Depicting the invisible : Welwitsch's map of travellers in Africa », *Earth Sciences History*, vol. 37, nº1, 2018, p. 109-129.

Albuquerque, Sara, Brummitt, Sara R. K. e Figueiredo, Estrela. « Typification of Names Based on the Angolan Collections of Friedrich Welwitsch », *Taxon* 58, 2009, p. 641-646

Almeida, José de, « O Dr. Frederico Welwitsch e a sua obra em Angola. Estudo crítico-biográfico, compilação e anotações », *Boletim da Agência Geral da Colónias*, 13, 1926; 28, 1927; 32, 1928.

Bocage, J.V. Barbosa du, « Relatório apresentado ao conselho da Escola Politécnica pelo lente da 8ª cadeira, acerca das coleções científicas recentemente adquiridas para o Gabinete zoológico e Museu de Lisboa e de alguns outros resultados da sua viagem científica ao estrangeiro », in *Diário do Governo*, 2 de Janeiro 1860.

Carvalho, José da Silva, «A Vinda de Geoffroy Saint-Hilaire a Lisboa», *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*, Nova Série, 2, 1930, p. 900-03.

Daszkiewicz, Piotr, « The letters of Sir Joseph Banks in the manuscript collection of the Muséum National d'Histoire Naturelle in Paris », *Archives of Natural History*, 26 (2), 1999, p. 269-272.

Domingues, Ângela, « Museus, colecionismo e viagens científicas em Portugal de finais de Setecentos », *Asclepio*, 71(2), p. 1-19.

Edwards, Phyllis I., «Friedrich Welwitsch, 1806-72. His manuscripts and correspondence in the departments of botany and zoology, British Museum (Natural History), the Linnean Society of London, and the Royal Botanical Gardens, Kew», *Biological Journal of the Linnean Society*, 4, 1972, p.291-303.

Ferreira, Júlio G. Bethencourt, « A Missão de Geoffroy Saint-Hilaire em Espanha e Portugal, durante a Invasão Francesa, em 1808 », *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa*, 17, 1923, p.208-27.

Figueiredo, Estrela, Smith, Gideon F., « Friedrich Welwitsch and his overlooked contributions to the Flora of Tropical Africa, with a discussion of the names of Kalanchoe (Crassulaceae subfam. Kalanchooideae) that should be ascribed to Welwitsch alone », *Phytotaxa*, vol. 458, nº1, 2020.

**Gomes, Bernardino António**, « *As explorações phyto-geographicas da Africa Tropical e em especial as da Guiné inferior, ordenadas pelo governo português e executadas pelo Dr. Frederico Welwitsch nos anos de 1853 a 1861* », Extracto do *Jornal de Sciencias Mathematicas, Phisicas e Naturaes*, 14, 1873, p. 151-193.

Gomes, B. A., « Uma viagem científica em Angola », *Anais do Conselho Ultramarino*, parte não oficial, 4.ª série, 1863, p. 49-61.

Guedes, Maria Estela, « Museu Bocage. Um Museu Colonial », *Revista Triplov*, 26-11-2004, , [www.triplov.org](http://www.triplov.org) (última consulta, 03 junho 2020).

Hamy, E. T., « La mission de Geoffroy Saint-Hilaire en Espagne et en Portugal », 1808, Histoire et Documents», *Nouvelles Archives du Musée d'Histoire Naturelle*, 4.<sup>a</sup> série, 10, 1908, p.1-66.

Swinscow, T. D. V., «Friedrich Welwitsch, 1806-72. A centennial memoir», *Biological Journal of the Linnean Society*, 4, 1972, p.269-89

Welwitsch, Friedrich, « Catálogo das sementes de plantas colhidas pelo Dr [...] em alguns pontos em que tocou na sua viagem para Angola, e principalmente n'esta região e por ele mandados ao Jardim Botânico da Universidade de Coimbra », *Anais do Conselho Ultramarino*, , parte não oficial, 1.<sup>a</sup> série, 1856, p. 77-84, p.249-54.

Welwitsch, Friedrich, « Informação do Doutor [...] sobre os seus trabalhos na exploração de Angola, e notícia de numerosos objectos que ia remeter para Lisboa », *Anais do Conselho Ultramarino*, parte não oficial, 1856, p. 293-97.

Welwitsch, Friedrich, « Apontamentos Phyto-geographicos sobre a flora da província de Angola na África Equinocial seguido de relatório preliminar acerca da exploração botânica da mesma província », *Anais do Conselho Ultramarino*, parte não oficial, 1.<sup>a</sup> série, 1858, p. 527-80.

Welwitsch, Friedrich, « Carta do Dr. Welwitsch a W. L. Howorth, em 1861, sobre a cultura do algodão em Angola », *Arquivo das Colónias*, I, 1917, p.44-48 e 54-61.

Welwitsch, Friedrich, « Carta do Dr. Welwitsch ao Sr. Bento António Alves sobre plantas do sertão Angolense », *Anais do Conselho Ultramarino*, 1858, p. 581-83.

### **Manuscritos**

Welwitsch, Friedrich, « Directions to my executors relating to my collections », 18 de Outubro de 1872, in *Will of Dr F. Welwitsch, the opinion of Mr Sweet on the Will, and letters on Welwitsch's illness and death*. British Museum, *Natural History Archives*, DF 404 26-50.